



LAMEGO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DIVISÃO ADMINISTRATIVA e de COORDENAÇÃO

MAPA RESUMO DAS MOÇÕES//RECOMENDAÇÕES / VOTOS DE PESAR E DE LOUVOR DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAMEGO DATA: 15.12.2024

| ORDEM DE TRABALHOS 15.12.2023 | DELIBERAÇÃO |
|--|--|
| <p>Tomou a palavra o senhor Presidente da Assembleia Municipal para ler o teor da moção apresentada pelo membro da CDU, que se transcreve, na íntegra:</p> <p>“PELO IMEDIATO CESSAR-FOGO NA PALESTINA</p> <p><i>A campanha militar israelita contra o povo palestino, configura na sua acção, um genocídio, assente em vários crimes de guerra, uso de armas proibidas à luz das convenções internacionais, e numa ocupação ilegal do território da Palestina.</i></p> <p><i>Quem permitiu que todos os acordos e resoluções ficassem por cumprir e fossem violados, quem inviabilizou toda e qualquer perspectiva de solução política para o conflito, quem foi conivente com a ocupação e opressão, a expansão dos colonatos, o bloqueio à Faixa de Gaza, a prisão de milhares de presos políticos palestinos nas prisões israelitas, quem tolerou os crimes de Israel e a sua escalada pelo atual governo de extrema-direita, fortemente contestado pelo povo israelita daquele território e o povo judaico de todo o mundo, e só encontrou palavras de condenação para a resistência palestina, tem hoje perante si as consequências da sua política.</i></p> <p><i>A expressão de solidariedade internacional, onde milhões acorrem às ruas em todos os países do mundo, deve encontrar também respaldo nas instituições ditas democráticas. O genocídio levado a cabo por Israel é, naturalmente, executado à margem do direito internacional e das últimas resoluções sobre estes territórios, um</i></p> | <p>Deliberação: A Moção foi rejeitada com 18 votos contra, 14 abstenções e 6 votos a favor.</p> |



LAMEGO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DIVISÃO ADMINISTRATIVA e de COORDENAÇÃO

genocídio que encontrou um forjado contexto nos ataques de 7 de outubro do Hamas, que não se deixam de condenar, mas que foi devolvido em massacre aos povos da Faixa de Gaza e da Cisjordânia, aqui onde curiosamente, ou não, se encontra fora da esfera de influência do Hamas.

Os próprios termos que enquadram esta campanha são perversos, enganadores e inaceitáveis. A agressão israelita contra o povo palestino, com a criminosa ofensiva militar contra a faixa de Gaza e a sua população, é travestida de "escalada de violência entre Israel e Palestina"

A campanha militar israelita em curso é suportada no continuado apoio político, diplomático e militar dos EUA e alguns países europeus, onde na última resolução da ONU para um imediato cessar-fogo, apenas 10 países num total 186 votaram contra, Estados Unidos e Israel incluídos. Pretender ensaiar uma suposta postura de neutralidade perante a vítima e o agressor, perante o ocupado e o ocupante, não é senão um inaceitável e também criminoso ato de cumplicidade com o lento genocídio do povo palestino, que não pode ficar sem denúncia.

Sobretudo, num genocídio que ocorre perante os nossos olhos, onde os alvos de Israel se traduzem em ataques a hospitais, escolas, zonas residenciais e campos de refugiados. Morreram até agora vinte mil palestinos, catorze mil são crianças e mulheres.

Por estas razões,

A CDU propõe que a Assembleia Municipal de Lamego, reunida em Sessão Ordinária, no dia 15 de Dezembro de 2023, delibere:

1. Repudiar e condenar o brutal ataque do exército israelita contra o povo palestino, que visa o castigo coletivo de um povo que luta pelo seu direito a um estado independente, e que tem por objetivo claro



obstruir quaisquer negociações e soluções pacíficas, para uma ocupação que dura há décadas;

2. Manifestar toda a solidariedade e apoiar o direito do povo palestino a resistir à ocupação do seu território e exigir o fim de todas as formas de ataque por parte das forças israelitas;

3. Exigir às entidades israelitas um imediato cessar-fogo;

4. Dar conhecimento desta moção ao Representante da Autoridade Nacional da Palestina em Portugal e à Embaixada de Israel.”

Usou da palavra o membro **Pedro Torres** para proferir a seguinte intervenção:

“Em relação a esta moção, aprez-me dizer o seguinte, de facto, o que se está a passar atualmente nos territórios do Médio Oriente, mais concretamente, na zona que corresponde ao Estado de Israel e onde, até à data, infelizmente, os palestinianos ainda não viram reconhecido o seu direito à terra, o direito à pátria, é extremamente lamentável.

É bom fazermos a resenha histórica do que é que aconteceu, depois da Segunda Guerra Mundial e, de facto, muita gente tem culpa da situação em que colocou toda aquela zona, que até mesmo para nós, enquanto cristãos, nos diz muito, porque não deixa de ser o berço do cristianismo, onde, aliás, uma enorme mescla de culturas teve o seu berço

Os acontecimentos que foram despoletados, no dia 7 de outubro, não foram, de facto, nada mais, nada menos do que o estoirar de um barril de pólvora que ferve há décadas.

Mas há uma realidade que é indesmentível, por mais voltas que se dê, que é, infelizmente, muitas perdas de vida que já aconteceram, quer de um lado, quer do outro. Cumpre-nos a nós e, neste caso, é isso que me aprez dizer, cumpre-nos a nós, tentar dar cumprimento



LAMEGO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DIVISÃO ADMINISTRATIVA e de COORDENAÇÃO

a uma definição das Nações Unidas que é “Dois povos, dois Estados” que, por muita dificuldade, muito ódio, por muita opressão, parte a parte, vão ter de acabar por se entender de alguma forma.

É nestas alturas, logicamente, que as lideranças políticas podem, ou não, fervilhar numa situação que, por si só, é extremamente complicada

Em relação à moção aqui presente, gostaria de ver também acrescentada uma linha que devia exigir a libertação dos reféns que foram detidos e que estão numa situação, que nenhum de nós sabe muito bem qual é, porque foram também raptadas mulheres, homens e que estão em cativeiro há mais dois meses.

Provavelmente, muitas vezes não votamos as moções que são apresentadas pela CDU, porque concordando com grande parte do espírito que está aqui colocado, por vezes a forma como é apresentada não é a melhor. E, portanto, neste caso concreto, a nossa posição e, certamente, será a posição esmagadora maioria dos portugueses, é que nós temos que ter dois povos, dois Estados e esse reconhecimento tem de ser, de facto, efetivo.

O Estado português já o disse, vem a dizê-lo ao longo dos vários anos, independentemente das forças políticas que democraticamente têm estado a governar o nosso país, é esse o nosso posicionamento e o respeito tem de ser mútuo.

Compreendo, de facto, já morreu muita gente. É um verdadeiro descalabro o que está a acontecer, mas não deixa de ser também um descalabro a situação hedionda que deu início a esta resposta que, de facto, é uma resposta absolutamente desproporcional.

Estamos todos de acordo. Acho que já chegamos a um ponto que chega de hipocrisia.

Mas também é preciso respeitar os milhares de judeus que foram



LAMEGO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DIVISÃO ADMINISTRATIVA e de COORDENAÇÃO

barbaramente assassinados, bem como aqueles que estão em cativeiro e estão privados daquilo que é a sua liberdade.

Portanto, isto deveria ser acrescentado no texto, caso contrário, levar-nos-á a termos de nos abster nesta moção”

Tomou a palavra o membro **José Manuel Correia** para proferir o seguinte: *“Senhor Presidente da Assembleia Municipal, nossos secretários, senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores, senhores Deputados Municipais, senhores Presidentes de Junta, caros colaboradores desta Assembleia que estão a ajudar à sua realização, estimados ouvintes e todas as pessoas que nos estão a acompanhar pelas redes sociais, muito bom dia a todos e, para ser breve, votos também de boas festas e um bom Natal, porque estamos em tempo disso e é sempre bom para todos que as festas decorram com alegria e com satisfação.*

Em relação a esta proposta e a esta moção apresentada pela CDU, regressamos a um formato que já conhecemos e que depois é difícil de entender e aqui subscrevo grande parte do que o meu colega Pedro Torres disse. Acabámos por ter alguma dificuldade em subscrever uma ideia, que é prejudicada pelas palavras e pela forma como está redigida. A ideia faz sentido, não da forma como está escrita, não com os argumentos perfeitamente parciais, tendenciosos e apenas valorizando ou olhando para um lado, o lado bom, contra o lado mau.

Alguém dizia que já não há meninos maus, isso não é caso para brincar, mas efetivamente ainda há situações muito difíceis de gerir, em que realmente as pessoas são levadas a ter atitudes extremas. Porquê? Porque estamos a falar de questões de sobrevivência. E quando falamos de questões de sobrevivência, eu percebo que às vezes as razões, como entendemos e como lemos, as nossas



LAMEGO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DIVISÃO ADMINISTRATIVA e de COORDENAÇÃO

posições são difíceis de perceber pelos outros, porque estamos a falar da minha sobrevivência.

Como é evidente, esta é uma situação difícil, todos nós acompanhamos, é uma situação que causa muito sofrimento, muitas mortes, é uma situação que se passa relativamente perto de nós, com contextos que nós vamos acompanhando.

Mais uma vez, aqui se percebe uma posição perfeitamente discricionária em relação a outros contextos, estou-me a lembrar, por exemplo, do contexto da Ucrânia, sobre o qual a CDU nunca teve grande preocupação em acolher as posições da Ucrânia, pelo contrário, as posições da Rússia são as posições sempre mais importantes

Há, realmente, uma falta de equilíbrio nesta proposta, estragada pelas palavras que usa e pela posição perfeitamente parcial que toma em defesa, não sei se é dos palestinianos, penso que às vezes até que é em defesa de uma certa revolução e revolta do Hamas contra tudo isto, e esquece-se dos palestinianos que também são vítimas do próprio Hamas.

Se há vítimas aqui e há, existem dos dois lados, mas também há um povo que está capturado por uma organização política e que tem um ramo guerrilheiro muito forte e que provavelmente a CDU até gosta dele. E isto não resolve.

Portanto, a forma como está escrita a moção não facilita. É preciso ter um discurso mais inclusivo, um discurso mais respeitador das duas partes.

Se estivermos atentos, percebemos que as duas partes convivem em determinadas zonas, existindo períodos em que eles convivem diariamente e dão-se bem uns com os outros.

Portanto, se estão bem uns com os outros, há qualquer coisa que



LAMEGO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DIVISÃO ADMINISTRATIVA e de COORDENAÇÃO

está a estragar isto.

A pergunta que podemos fazer é se as organizações políticas dos próprios palestinianos também estão a ajudar ou estarão a prejudicar a relação entre uns e outros.

Como é evidente, Israel também tem aqui preocupações de sobrevivência e também está a usar estratégias radicais exageradas, provavelmente, para resolver um problema. Mas estamos perante duas partes que têm os seus argumentos.

O deputado Pedro Torres falou nisso e é verdade, o que é facto é que tem 138 reféns.

Por exemplo, nós, portugueses, aceitávamos que Espanha tivesse 138 reféns e ficávamos impávidos e serenos? Provavelmente não.

Portanto, também temos de perceber estas razões e nelas perceber que é um conflito antigo. Tem de haver dois Estados e há experiências de que as pessoas podem viver em conjunto. Sabemos que os palestinianos, de uma forma geral, principalmente as organizações que são responsáveis pelos palestinianos, não aceitam o Estado de Israel, portanto, também não ajuda nada.

Não vejo a CDU preocupada com isso, em reconhecer o Estado de Israel e dar-lhe valor, e dar-lhe papel, e dar-lhe terreno. Portanto, temos de ter aqui uma posição claramente diferente e sair desta caixinha, onde a CDU só se preocupa com uma das partes, sabendo que a outra parte também está a exagerar, provavelmente, e a sua necessidade de sobreviver tem de ser mais comedida.

Mas, não me esqueço que quando tratamos de questões de vida ou de morte as regras às vezes são um bocadinho diferentes, mas por um lado e por outro.

Portanto, tenhamos um discurso mais inclusivo e para que não fiquem dúvidas que esta moção não pode ser aprovada. A posição



LAMEGO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DIVISÃO ADMINISTRATIVA e de COORDENAÇÃO

que, provavelmente tomaremos, mas como é evidente que cada um terá a sua posição em consciência, é uma posição de rejeição, de não aprovação desta moção, pois da forma que está escrita, não pode ser aprovada.

É válida em alguns pressupostos, podemos aproveitar daqui alguma boa intenção, no sentido de que poderia, respeitando as duas partes, contribuir para a resolução do problema, mas da forma que está escrita não contribui em nada e para que ela não seja aprovada, a nossa posição pelo menos a minha, é de rejeição, só por esse facto. Uma vez que o Partido Socialista se absteve, tomaremos esta posição.”

Usou da palavra o membro **Alexandre Hoffmann** para proferir a seguinte intervenção:

“Em relação às intervenções anteriormente proferidas vou, propositadamente, abster-me de tecer comentários, porque as mesmas são absolutamente vagas.

O PSD justifica a sua posição pela forma como está escrita a moção, mas depois não consegue desmontar um único parágrafo que esteja aqui escrito e, portanto, se o PSD quiser explicações sobre algum ponto e esclarecimentos sobre algum parágrafo e conseguir provar que estes parágrafos não representam aquilo que é a realidade e que é a verdade, a conversa seria outra.

No entanto, venho aqui porque houve a proposta, pelo menos da bancada do Partido Socialista ou de parte, não sei, apesar do anúncio antecipado, sobre uma possível abstenção, para incluir a libertação dos reféns detidos pelo Hamas. E eu, num equilíbrio que me reconheço e reconheço aos movimentos comunistas de todo o mundo, exatamente pela preocupação com todos, propus que fosse incluído este ponto, naquilo que é deliberação, não no texto de



LAMEGO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DIVISÃO ADMINISTRATIVA e de COORDENAÇÃO

apoio, porque seria difícil agora construir um parágrafo com isso, e juntar também a libertação de todos os presos políticos palestinianos, cerca de 7 mil pessoas, no entanto, não vou especificar o número, porque não é efetivado, nas prisões israelitas.- Portanto, a minha proposta é que a deliberação mantenha o ponto 1 e o ponto 2, tal como estão, juntar o ponto 3, que dirá o seguinte e passo a ler: “A libertação dos reféns detidos pelo Hamas e a libertação dos presos políticos palestinianos das prisões israelitas.” E depois o ponto 3 passar a 4 e o ponto 4 passar a 5. Portanto, fica com 5 pontos de deliberação e para já, até que haja algum pedido de esclarecimento, não tenho, francamente, mais nada a dizer.”

Tomou a palavra o membro **Pedro Torres** para proferir o seguinte: *“Isto seria quase um condicionante total, para não estar o texto completamente vertido apenas numa única perspetiva, teria de haver aqui alguma equidade.*

Deixe-me só fazer aqui um reparo, porque de facto, não é um reparo, é uma constatação de facto. Por mais ou menos simpatia que nós possamos ter com os povos e conhecendo a sua história, e o povo judeu, de facto, teve uma história, ou foi tendo, ao longo dos vários séculos, histórias perfeitamente hediondas, culminando com um verdadeiro, não há outro nome, eu bem sei que ainda existem algumas pessoas que o negam, mas o que aconteceu, foi um holocausto, foram mortas mais de 6 milhões de pessoas, absolutamente inocentes, só pelo simples facto de carregarem em cima de si uma crença religiosa.

Mas também vamos ser honestos, o povo judeu, ao longo dos vários anos, e a cobro, logicamente e principalmente de algumas atitudes, que nos parecem no mínimo, dúbias principalmente pelos Estados Unidos que têm tomado muitas decisões ao arrepio daquilo que é a



LAMEGO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DIVISÃO ADMINISTRATIVA e de COORDENAÇÃO

lei internacional.

E nós, felizmente, vivemos num país que se pauta pela lei internacional. E não podemos estar aqui constantemente a escamotear aquilo que é a realidade do que se passa em Israel.

Sim, é verdade, há milhares de presos políticos, que nem sequer foram julgados e estão em prisões israelitas e muitas delas em prisões que são território palestino, mas ainda controlado por israelitas.

Sim, a expansão dos colonatos é sempre ao arrepio daquilo que são as determinações das Nações Unidas. E sim, não são garantidos, e isso são relatórios internacionais, alguns deles até feitos por entidades ligadas aos próprios Estados Unidos, não, não são cumpridos grande parte dos direitos humanos, não só das pessoas que estão detidas, como inclusive daquelas que trabalham.

O deputado José Manuel Correia disse aqui, e muito bem, é verdade que há alguns pontos entre o território israelita e o próprio território palestino em que existe interatividade, inclusive interatividade comercial, trabalho, onde israelitas trabalham de um lado, e palestinos do outro.

Este acrescento, porque era uma questão de falta de equidade, e porque concordamos, que de facto, Israel precisa de um “basta”, de uma vez por todas, até porque, nesta fase há uma grande desproporção de forças, nós sentimo-nos mais confortáveis para subscrever a moção, com esta alteração, que foi feita por parte do deputado do PCP.”

Tomou a palavra o membro **José Manuel Correia** para proferir o seguinte: “Mais uma vez, estas moções depois são registadas à última da hora, por jeito pragmático de um resultado final, mas a matriz está cá.



LAMEGO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DIVISÃO ADMINISTRATIVA e de COORDENAÇÃO

E a matriz é um texto que, claramente, se põe de um lado contra o outro, que claramente usa uma linguagem exagerada, de genocídio, crimes de guerra, armas, de um lado só, armas proibidas à luz das convenções internacionais, numa ocupação ilegal do território da Palestina, outra vez um genocídio levado a cabo por Israel, a campanha militar israelita em curso é suportada no contínuo apoio político, diplomático e militar dos Estados Unidos da América, como se o Hamas não tivesse também ninguém por trás a ajudá-lo, e alguns países europeus, enfim, repudiar e condenar o brutal ataque do exército israelita, apenas palavras para identificar, na perspetiva da CDU, uma das partes como o mau da fita.

E se quisermos entrar pela questão do mau da fita, há duas partes que podem ser os maus da fita. Mas este discurso não ajuda a resolver nada. Este discurso é um discurso muito parcial, é um discurso muito sectarista, e que também, neste texto, por exemplo, podia estar claro o reconhecimento do Estado de Israel, coisa que muitos palestinianos não aceitam. Há muitos palestinianos que não aceitam o Estado de Israel, como é que é possível negociar com alguém que não aceita um Estado ao lado deles? Se as pessoas não aceitam o Estado de Israel, também não ajudam nada.

É claro que o Hamas e outros grupos não aceitam o Estado de Israel. Esse é um pressuposto que a CDU não valoriza nada. Portanto, esta tentativa agora de colocar o texto um bocadinho mais a jeito, para ser aprovada a moção, não altera significativamente o fundamento do texto, na forma como está redigido e nas palavras que usa.

A CDU não teve a mínima preocupação, neste caso a responsabilidade também é de quem trouxe o texto aqui, porquanto a CDU não teve a mínima responsabilidade de fazer um texto



LAMEGO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DIVISÃO ADMINISTRATIVA e de COORDENAÇÃO

inclusivo, que pudesse ser aprovado, porque constam preocupações que são legítimas, mas da forma que estão expressas, não fazem sentido, porque o texto é perfeitamente sectário de uma parte, em relação à outra.

Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** para proferir a seguinte declaração: *“Gostaria de fazer uma intervenção sobre esta questão. Estou a acompanhar a intervenção do senhor José Manuel Correia e vou tentar concretizar, porque foi aquilo que o senhor deputado da CDU disse que não foi feito e, portanto, vou tentar concretizar onde é que acho que este é um texto de timbre unilateral e onde é que acho que uma redação diferente poderia também ter uma posição diferente, pelo menos a minha, a nível pessoal.*

Em primeiro lugar, começo pela utilização da palavra genocídio. Acho que as palavras têm o seu significado e o genocídio é a exterminação de uma comunidade, a exterminação de um povo. Claro que é um ataque, claro que é um massacre, podemos arranjar outras palavras, mas genocídio tem a sua definição e eu sei que há, inclusivamente, deputados até no grupo parlamentar do Partido Socialista, que acompanham a minha posição, e que devemos dar às palavras aquele que é o seu real valor, não descurando o que está a acontecer, mas acho que a utilização abusiva da palavra genocídio não ajuda, logo na primeira frase.

O tom unilateral continua, na minha opinião, com a referência tímida ao ataque que é feito a 7 de outubro de 2023, uma referência na passagem, quase desvalorizando até o próprio ataque, existe apenas uma única referência ao Hamas, não havendo qualquer referência ao Hezbollah, existe o exigir do cessar-fogo, apenas a um lado, que é o lado israelita, quando uma guerra não se faz só com



LAMEGO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DIVISÃO ADMINISTRATIVA e de COORDENAÇÃO

um lado.

Há uma ausência de referência, já comprovada no território, e nomeadamente para a Organização das Nações Unidas, de que há civis que também estão a ser utilizados como escudo humano do próprio Hamas, e não há qualquer referência aos reféns israelitas, que ainda não foram libertados.

Acho que se perdeu aqui uma oportunidade de, num tom mais neutro, que até poderia ir ao encontro com a intervenção mais recente do Secretário-Geral da ONU, de reconhecer, a frieza do ataque do Hamas e o contexto em que ele também ocorreu, que não foi um contexto vazio, que todos sabemos, acho que uma posição nossa, mais nesse sentido, teria a minha concordância.

Nestes termos, não posso concordar, e portanto, também fica aqui, desde já, justificado o meu voto contra.”

*Tomou a palavra o membro **Alexandre Hoffmann** para proferir a seguinte declaração: “O Senhor Presidente foi bastante mais claro, do que o deputado do PSD, sobre aquilo que lhe faria confusão, sendo que, e só pela estima que lhe tenho, não lhe vou dizer que, não sei se cabe à mesa, fazer considerações sobre os textos que os deputados municipais apresentam.*

Sobre a questão do valor das palavras, volto a repetir aquilo que disse na altura, em relação à Ucrânia. A questão da Ucrânia não começa em fevereiro de 2022 e a questão da Palestina não começa a 7 de outubro de 2023.

Dou-vos o tempo que entenderem, depois podemos falar de uma forma mais informal, pode ser na próxima Assembleia Municipal, mas desafio-vos a encontrarem posições políticas dos vossos partidos, referentes à Ucrânia, referentes à Palestina, referentes a outros conflitos anteriores e àqueles que estejam nos órgãos de



LAMEGO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DIVISÃO ADMINISTRATIVA e de COORDENAÇÃO

comunicação social. Já o PCP, se quiserem consultar, tem posições definidas e claras sobre estes temas há muitos, muitos anos.

Ainda ontem estava a ler, porque, enfim, eu compreendo que possa não acreditar que fui eu que escrevi a moção, mas fui e assumo a inteira responsabilidade por ela, naturalmente assumo também a minha carga ideológica e a minha parcialidade, porque acho que a política se baseia no facto de sermos parciais com as nossas ideologias, a imparcialidade não existe, mas estava a ler, comunicados do PCP sobre a Palestina de 2008, 2014 e por aí adiante.

Sobre a questão do genocídio, é muito simples, quando um país, um Estado, que não sei onde é que viu na moção, que eu não reconheço direito à sua existência, usa, e tenham em atenção, durante estes meses, num território de 2 milhões de habitantes, a faixa de Gaza, a mesma quantidade de bombas que se usaram durante toda a segunda guerra mundial, no cenário europeu e asiático, com alvos militares de hospitais, escolas, campos de refugiados, é efetivamente, e desculpe-me o senhor Presidente de discordar, é um genocídio.

Quando se traduz numa caça aos líderes do Hamas e essa caça aos líderes se traduz em 15 mil crianças e mulheres mortas, é um genocídio.

Quando se corta e contaminam os poços de água para consumo desta população, é um genocídio.

Quando se corta o acesso à entrada da ajuda humanitária nestes países, por imposição e sem qualquer tipo de consideração, face à luz daquilo que é o direito internacional, é um genocídio.

Portanto, senhor Presidente, e com todo o respeito, independentemente do texto não ser do vosso agrado, enfim, faço-



LAMEGO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DIVISÃO ADMINISTRATIVA e de COORDENAÇÃO

vos o convite para que, sempre que acharem que há temas que são da vossa preocupação, tragam as vossas próprias moções, façam os vossos próprios contributos, não venham é dizer, e com todo o respeito também, que os textos são parciais, claro que são parciais. Era o que mais faltava não serem parciais, não admitia, a mim próprio, que não fossem parciais.

Portanto, reforço, não encontro qualquer parágrafo que contenha uma mentira, que contenha uma coisa que não seja efetivamente um facto e, nesse sentido, mantenho o texto integralmente, mas se alguém quiser dar algum contributo e eu, como proponente da proposta, concordar também não tenho dificuldade em aceitar, como fiz agora mesmo. Mas sim, trata-se de um genocídio.”

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** para proferir o seguinte:

“Registo a sua intervenção, nomeadamente a parte inicial que me foi dirigida, e deixe-me que lhe diga duas coisas. Em primeiro lugar, entendo que a condição de Presidente da Assembleia não diminui qualquer direito e qualquer dever que tenho enquanto deputado municipal.

E portanto, uma vez que todos os documentos são votados também por mim, é natural que tenha uma opinião sobre eles, ainda que haja um dever de neutralidade, na gestão dos recursos dos trabalhos, que tento de obedecer e que acho que, quanto a isso, não há dedo a apontar, pelo menos que saiba. Mas isso não me diminui na minha capacidade ou na minha possibilidade de intervenção e de poder, também, justificar perante a Assembleia Municipal que o meu sentido de voto é contra e o porquê.

Longe de mim fazer reparos à escrita ou à forma como a moção está escrita, mas o facto de ser Presidente de Mesa da Assembleia e ter



LAMEGO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DIVISÃO ADMINISTRATIVA e de COORDENAÇÃO

e votar esta moção, não me diminui na minha capacidade de intervenção e no juízo que faço sobre a mesma e na justificação que entendo que devo dar e do meu sentido de voto. E foi isso que fiz.

Não há aqui reparos à forma como a moção está escrita, há sim, uma justificação que, da forma como está escrita, não me permite acompanhar esta moção

Segundo apontamento, a condição de Presidente da Assembleia não me diminui no exercício, nomeadamente, de direito à palavra e da capacidade de intervenção perante a Assembleia Municipal e é isso que continuarei a fazer, sempre que entendo que há questões de consciência, que não posso deixar de referir.”

O senhor **Presidente da Assembleia** colocou a moção a votação com o aditamento de um novo ponto, o ponto 3, nos termos já anteriormente aludidos, sendo que o número 3 passa a 4 e o número 4 passa a 5, informando que estavam trinta e oito membros presentes na sala.